



ANTONIO GRAMSCI E A QUESTÃO GEOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS GEOGRÁFICAS NOS QUADERNI

Érika Laurinda Amusquivar¹

Resumo

O objetivo do artigo é analisar como as categorias Nacional/Internacional, Norte/Sul, Ocidente/Oriente, Hegemonia/Revolução Passiva podem ser lidas a partir de uma análise geopolítica nos *Cadernos do Cárcere*. Tais categorias inicialmente consideradas apenas geográficas podem ser traduzidas como um componente político. Ao compreender que este conceito no seu sentido clássico deriva de uma concepção de ações do Estado pautado pelo determinismo territorial, Gramsci, por sua vez, introduz um nexos orgânico da geopolítica ao trabalhar suas ideias no sentido de que o espaço e as dicotomias geográficas dependem de um processo histórico que envolve um desenvolvimento desigual e combinado no que se refere à relação de poder entre espaço e política, isto é, geopolítico, constituído pelas relações de força.

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Mestre em Ciência Política e graduação em Ciências Sociais (UNICAMP); graduação em Relações Internacionais – Faculdades de Campinas (FACAMP). Foi Professora de Ciência Política na Universidade de Brasília (IPOL/UnB) e de Relações Internacionais pela FACAMP. E-mail: erika.amusquivar@gmail.com.

Palavras-Chave: geopolítica, espaço, categorias geográficas, desenvolvimento desigual e combinado.

Abstract

This paper aims to analyze how the categories National / International, North / South, West / East, Hegemony / Passive Revolution can be read from a geopolitical analysis in the *Prison Notebooks*. Such categories initially considered only geographical can be translated as a political component. Understanding that this concept in its classical sense derives from a conception of actions of State guided by territorial determinism, Gramsci, in turn, introduces an organic nexus of geopolitics by working his ideas that space and geographical dichotomies depend on a historical process that involves unequal and combined development as regards the power relationship between space and politics, that is, geopolitics, constituted by the relations of force.

Keywords: geopolitics, space, geographical categories, uneven and combined development.

Introdução

A discussão sobre o espaço e a dimensão geográfica está presente em muitas passagens dos *Cadernos do Cárcere*. Ao buscar fazer uma sistematização de estudos na prisão, Antonio Gramsci discute muitos temas, como o *Risorgimento*, Americanismo e Fordismo, hegemonia, revolução passiva entre outros a partir da organização das relações sociais em um determinado espaço. De uma definição breve, toma-se o espaço como um elemento da geografia que significa qualquer lugar, região ou porção no mundo que foi modificado pelo homem, isto é, pela organização social. Esse espaço é constituído pelas construções sociais e, conseqüentemente, pelas relações de força. Pensar o espaço e a delimitação de interesses políticos é pensar sobretudo as fronteiras nacionais e, conseqüentemente, o internacional. Também é pensar no desenvolvimento desigual e combinado que origina desde o processo histórico que marca as diferenças no Norte

quanto no Sul, que culmina na constatação de que existe “Ocidente no Oriente” e vice-versa, e chegando finalmente nos elementos que dão origem às formas de hegemonia e revolução passiva. O objetivo desse artigo, portanto, é compreender de que modo Gramsci analisa os pares conceituais a partir da lógica espacial e política: Norte/ Sul; Ocidente/Oriente; nacional/ internacional e hegemonia e revolução passiva. Será analisado como Gramsci faz uma leitura dessas categorias à luz da aproximação da geografia e política

Ao analisar a forma com que Antonio Gramsci concebe as categorias espaciais e geográficas, é possível compreender que o autor entende o espaço como um *nexo orgânico*, isto é, as noções geográficas são definidas a partir de uma construção social. Assim, o território compreendido por Gramsci pode ser definido como um espaço concebido a partir de uma dimensão histórica com interesses na formação dos Estados e também nos atores nacionais e delimitado por e a partir de relações de poder, bem como caracterizar as noções geográficas, como Ocidente e Oriente, carrega consigo a dimensão política das relações de poder e não necessariamente uma geográfica em seu sentido físico. Tampouco a posição Norte/ Sul seria apenas uma localização geográfica, mas também uma conotação do próprio desenvolvimento político, econômico e social que marca respectivamente uma região desenvolvida/ atrasada. Por isso que o autor sardo passa a adotar certas noções geográficas subentendo que essas eram fruto de um nexo orgânico, isto é, de uma construção histórica, social e indissociada de seu caráter político.

A geopolítica propriamente dita nunca foi analisada sistematicamente por Gramsci nos *Quaderni*. No entanto, suas menções, bem como o uso recorrente das categorias geográficas para analisar os temas especiais elencados pelo prisioneiro sardo perpassam todos seus escritos carcerários e se tornam um pano de fundo para explicar as políticas a partir da redefinição do espaço. Ao todo Gramsci fez nove menções do termo distribuídos em seis parágrafos, empregado para analisar o papel da Itália enquanto sua posição geopolítica no *Risorgimento* Italiano (cf. GRAMSCI, 1977, p. 1182), para discutir sobre a formação dos Estados modernos, sobretudo da Itália e do continente europeu (cf. GRAMSCI, Q10, §61, p. 1360) para arguir sobre as grandes potências

mundiais com foco na reconstrução histórico-crítica dos regimes políticos dos Estados (cf. GRAMSCI, Q14, §11, p. 1666) e para estudar a história por meio da percepção política (cf. GRAMSCI, Q14, §63, p. 1723). Em outras passagens, o autor utilizará o termo “geografia” (48 menções do termo, no total), muitas vezes indicando não apenas o aspecto físico e territorial, mas também político.

Ao aproximar a análise do seu componente político nas transformações territoriais, Gramsci passa a incorporar, portanto, uma ótica geopolítica. No entanto, é necessário frisar que o conceito foi cunhado inicialmente pelo sueco Rudolf Kjellen no início do século XX², mas sua conotação determinística se modifica quando Gramsci passa a internalizar um novo sentido para a geopolítica, sobretudo no modo com que concebe a relação entre a política e o território, dado que suas demais categorias espaciais dependem de um processo histórico que culmina em um desenvolvimento desigual e combinado. Embora toda a discussão em torno da geopolítica tenha se apresentado no momento em que Gramsci se encontra na prisão, o autor sardo busca ressignificar tal conceito e usá-lo de acordo com seu entendimento.

O tempo e o espaço pelas lentes de Gramsci

Giuseppe Fiori, ao se dedicar à biografia de Antonio Gramsci, descreve que desde sua juventude, “Gramsci continuava a recusar o conceito de política como uma abstrata

² O termo “geopolítica” aparece pela primeira vez em um artigo de Kjellen em 1899 na revista sueca de tradição conservadora *Ymer*, mas só será melhor trabalhado em 1916 no seu livro *Staten som livsform* (“Estado como forma de vida”, em tradução livre). Nesse livro, Kjellen denomina a geopolítica como “o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra – logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político (*reich*)” (COUTO E SILVA, 1967). A geopolítica compreende, portanto, o Estado como fenômeno do espaço. Também é definida enquanto um novo subcampo da disciplina de Geografia responsável pelo estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como um fenômeno localizado em um certo território (COUTO E SILVA, 1967). Ou seja, o Estado seria considerado um “organismo vivo” em que as políticas são construídas a partir dos contornos geográficos de um território. Trata-se, portanto, de uma *condição determinística*, ao passo que o Estado para se tornar forte é *obrigado*, por sua natureza, a ser expansivo. O Estado se torna “escravo” de seu território e torna-se um ser vital, assim como outros organismos biológicos, dotado de vida própria e necessidades relativas à sua condição orgânica (MELLO, 1997).

ciência normativa fora das categorias de tempo e de espaço” (FIORI, 1979, p. 143). Gramsci, ao se dedicar ao estudo da história italiana, fazia uma crítica ao modelo de transposição automática da realidade italiana à semelhança europeia. Por isso, o sardo buscava refletir sobre o entendimento de sua realidade, partindo das características históricas e socioeconômicas da sociedade italiana de seu tempo. Igualmente, ele compreendia que a história nacional da Itália estava conectada à dimensão histórica mundial. A política, portanto, deveria ser concebida a partir do estudo levando em consideração o tempo e o espaço para se compreender a história da política relacionando-a com as características do espaço a que um país ocupa, em outras palavras, a **geopolítica**.

Gramsci enfatiza a noção espacial em seus estudos. De certa maneira, o autor sardo sofre as consequências de tal geopolítica – mundial e italiana – ao passo que seus estudos derivam de uma noção diferenciada do espaço. A concepção de que o tempo e o espaço são dimensões imprescindíveis da política é que norteará a obra gramsciana tanto na sua juventude quanto na época carcerária. Em um de seus parágrafos, o autor sardo indagará sobre a possibilidade de se estudar concretamente a formação de um movimento histórico coletivo. Para ele, trata-se de um estudo minucioso, muitas vezes de uma análise difícil e complexa, uma vez que devem ser analisadas todas as dimensões desse movimento. Por isso, muitas vezes se aceitam as correntes de opinião já construídas. No entanto, para Gramsci, deve-se levar em consideração o “movimento molecular”, que ocorre por meio de uma “ação coordenada e simultânea no **tempo e no espaço geográfico** em que o fato histórico se verifica” (GRAMSCI, Q8; §195).

A geopolítica nos *Quaderni* e as categorias geográficas

A primeira vez que Gramsci discute criticamente em um breve parágrafo nos *Cadernos do Cárcere*, sobre o conceito de geopolítica cunhada por Rudolf Kjellen:

A Geopolítica. Já antes da guerra, Rudolf Kjellén, sociólogo sueco, procurou construir sobre novas bases uma ciência do Estado ou Política, partindo do estudo do território organizado politicamente (desenvolvimento das ciências geográficas: geografia física, antropogeografia, geopolítica) e da massa de homens que vivem e

sociedade naquele território (geopolítica e demopolítica). Seus livros, especialmente dois deles – *Lo Stato come forma di vita* e *Le grandi potenze attuali* (*Die Grossmächte der Gegenwart*, de 1912, reelaborado pelo autor, tornou-se *Die Grossmächte und die Weltkrise* [As grandes potências e a crise mundial], publicado em 1921; Kjellén morreu em 1922) -, tiveram grande difusão na Alemanha dando lugar a uma corrente de estudos. Existe uma *Zeitschrift für Geopolitik*; e são publicadas obras volumosas de geografia política (uma delas, *Weltpolitisches Handbuch*, pretende ser um manual para os homens de Estado) e de geografia econômica. Na Inglaterra, na América e na França” (GRAMSCI Q2, §39, grifo no original).

Gramsci fez uma resenha do artigo *Gli Indirizzi Attuali della Geografia e Il Decimo Congresso Nazionale* de Roberto Almagià, publicado na revista *Nuova Antologia* de 1927 (cf. ALMAGIÀ, 1927) onde aparentemente tomou contato pela primeira vez com o conceito da geopolítica. Ao transcrever brevemente o conceito e a genealogia da geopolítica, Gramsci nos traz também algumas importantes observações. A primeira delas é a contextualização – espacial e temporal – da origem do conceito de geopolítica, datado antes mesmo da I Guerra Mundial na Suécia pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellen. As categorias da geografia também são destacadas pelo autor sardo, como geografia física, antropogeografia, geopolítica e demopolítica, enfatizando a nova discussão sobre a ciência geográfica. Outro ponto importante ao qual Gramsci busca sublinhar é o alcance que o termo ganhou destaque especialmente na Alemanha, ao qual por meio da revista alemã *Zeitschrift für Geopolitik* ganhou ainda mais repercussão internacional. Ao indicar onde a geopolítica ganhou repercussão, Gramsci nos apresenta um “caminho” analítico pelo qual necessita investigação por meio das categorias geográficas.

Nacional/ Internacional

A geopolítica, isto é, a forma pela qual Gramsci introduzirá sua leitura da política a partir da lógica territorial influenciará categorias geográficas, mais especificamente, espaciais. Os estudos gramscianos tinham como ponto de partida a compreensão do nacional. Mas Gramsci também era consciente que não se podem analisar as questões

nacionais sem situá-las no tempo e no espaço. Tanto que em seus escritos carcerários ele enfatizará: “Não se pode falar em nacional sem o territorial” (GRAMSCI, Q17, §32). Assim, o primeiro par conceitual a ser analisado – **nacional/ internacional** – pode ser encontrado nos *Quaderni*, uma vez que Gramsci carrega essa interpretação de que as questões espaciais na maioria das vezes não se referem apenas a aspectos físicos, mas também políticos.

O ponto de partida de Gramsci não eram propriamente os estudos sobre o internacional, e até em alguns parágrafos chega a afirmar que as relações internacionais derivam das relações sociais. Em contrapartida, o autor sublinha diversas vezes que as relações internas possuem um laço que não se pode se dissociar das relações internacionais. Mas, ainda que análise da política nacional, principalmente a análise da Itália, dominasse o roteiro de estudos proposto pelo autor sardo, ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o autor faz menção direta às relações internacionais em dezenove parágrafos, sendo que em quatro deles reescreveu seus manuscritos. Em seus parágrafos sobre a temática internacional, Gramsci dedica boa parte na análise de como a Itália se insere nas relações internacionais, seja pela Sardenha e sua importância no Mediterrâneo (cf. GRAMSCI, Q1, §44), pela comparação da Itália com os demais países (cf. GRAMSCI, Q6, §35), pela Itália em seu desenvolvimento histórico desde o Império Romano, passando pela Idade Média (cf. GRAMSCI, Q5, §55) ou até mesmo pelo *Risorgimento*, um ponto de destaque nos manuscritos.

Em um dos parágrafos do *Caderno 13* Gramsci enfatiza: “Esse esforço contínuo para distinguir o elemento internacional e unitário na realidade nacional e local é, na verdade, a ação política concreta, a única atividade que produz o progresso histórico” (GRAMSCI, Q13, §26). Trata-se, portanto, de um nexos importante que concerne à temática do pensamento espacial gramsciano não por sua delimitação física-geográfica, nem única e especificamente por uma questão política, mas também pelo processo histórico que separa e ao mesmo tempo une o interno ao internacional, criando novas combinações de desenvolvimento e, conseqüentemente, seu papel enquanto classe dominante/ dominada e/ou potência ou Estados mais fracos. Ao tratar o nexos nacional-

internacional sob o prisma do pensamento espacial gramsciano é possível compreender que o autor buscou destacar essa dupla conceitual que permeará outros pares que pensam o espaço não somente como uma delimitação física, mas política.

Norte/Sul

Como segunda categoria espacial, Gramsci também pensou a partir da chave da geopolítica não apenas pela diferenciação do nacional e internacional, mas também na delimitação do desenvolvimento de outra “fronteira” geográfica: Norte/ Sul. Para tanto, tomou como base seu país a Itália para compreender de que forma as regiões norte e sul são tão díspares entre si. Em seus estudos, constatou que não apenas as fronteiras nacionais que distinguem do internacional. Dentro de um mesmo Estado pode ter várias formas de desenvolvimento. No caso do país de origem de Gramsci – seu laboratório –, uma Itália contém “várias Itálias”. E para explicar esse par conceitual que faz parte do pensamento espacial gramsciano devemos retomar dois temas importantes no pensamento gramsciano: o *Risorgimento* Italiano e a questão meridional. A forma pela qual a transformação do espaço se dava pelos homens e, conseqüentemente pelo espaço estava presente em uma importante obra pré carcerária, a *Questão Meridional* (cf. GRAMSCI, 1987). Apesar da questão meridional aparecer nos escritos pré-carcerários³, é fundamental apontar como Gramsci enxergava os problemas do Sul da Itália para compreendermos os problemas que a unificação italiana evidenciou: um desenvolvimento desigual entre Norte e Sul. Gramsci tinha uma preocupação latente com a desigualdade econômica, política e cultural na Itália, representado geograficamente entre o Norte (industrial e desenvolvido) e Sul (agrário e atrasado). Essa geografia não era descrita apenas na dimensão física, mas no tipo de desenvolvimento a partir de características

³ Por volta de 1926, Gramsci publicou um texto inacabado intitulado “A questão meridional” (1987) que viria a ser publicado novamente em 1930 na Revista *Lo Stato Operaio* do Partido Comunista na qual analisava as relações entre classe e território entre os operários e camponeses do Norte e do Sul, respectivamente, bem como a problemática de forjar laços a partir do conceito de nacional. (MORTON, 2007, p. 3).

territoriais associadas aos interesses políticos que conformam tal território: industrialização no Norte e campesinato no Sul.

Já em seus manuscritos na prisão, Gramsci ainda carrega essa interpretação de que as questões espaciais na maioria das vezes não se referem apenas a aspectos físicos, mas também políticos. Era notório o desenvolvimento do Norte em detrimento do Sul: a região setentrional (norte) detinha um avanço das indústrias enquanto que a região meridional (sul) era predominantemente agrária. No entanto, Gramsci não indicava que tal disparidade provinha somente de uma característica da área geográfica. Gramsci indicava uma preocupação em caracterizar e associar o conceito de Norte a uma região desenvolvida, sobretudo pela presença da relação entre burgueses e proletários. As relações sociais já eram fortemente intermediadas pelo capital industrial. Enquanto no Sul, a conotação era de uma região predominantemente agrária, principalmente pela presença dos camponeses.

Essa relação dual poderia acarretar uma complementaridade, tal como a relação estabelecida entre campo-cidade, um outro par conceitual espacial que indica não apenas uma separação formal das relações espaciais, mas um modo de interação estabelecido pelos diferentes níveis de desenvolvimento. Para Gramsci, a presença de uma “massa meridional” poderia significar um desenvolvimento desigual entre duas regiões historicamente distintas em um mesmo tempo histórico e, portanto, uma certa incompatibilidade de um Estado considerado nacional em sua forma pura em um primeiro momento, mas uma forma de dominação do Norte perante o Sul. O jornal que ajudou a criar em 1924 – o *L’Unità* – fazia menção à necessidade dos italianos em voltarem ao tema da questão meridional, a fim de unir não só de forma territorial, mas campo à cidade; classe camponesa à industrial, Norte ao Sul e vice-versa (cf. DURANTE, 2017, p. 665). A “unidade” era imprescindível à Itália para a conformação de um pensamento nacional.

Franco de Felice e Valentino Parlato ao escreverem em 1987 a introdução da obra de Gramsci – a *Questão Meridional* – elencaram algumas especificidades que são decorrentes do processo desigual que Gramsci denuncia tanto no Norte quanto no Sul. Trata-se de compreender de que modo o avanço do capitalismo legou uma região ao

desenvolvimento das forças produtivas em detrimento de outra região ainda considerada atrasada. Outro ponto a se destacar é a ausência de uma consciência de classe que unisse de fato os trabalhadores camponeses para que pudesse avançar politicamente a região Sul. Apesar de destacarem as demais especificidades, os autores sublinham uma observação importante na obra pré-carcerária de Gramsci:

A primeira dessas especificidades é dada pela **territorialidade**, no sentido de que um dos polos da questão toma forma num dado território do país, numa determinada realidade histórico-social, que é precisamente o Sul. E aqui parece oportuno sublinhar que essa territorialidade deve ser entendida do mesmo modo que a dos países submetidos à dominação imperialista, onde é claro que o imperialismo é um modo de ser de todo o funcionamento do sistema capitalista em certo grau de desenvolvimento, que tem sua manifestação mais visível no território do país explorado (FELICE; PARLATO In: GRAMSCI, 1987, p. 45).

A territorialidade é um pano de fundo que acompanha grandes temas desenvolvidos dentro dos escritos gramscianos. Apesar de Gramsci não se remeter enfaticamente a essa dupla conceitual como uma região geográfica durante toda sua obra, o território é importante para marcar os “limites” do avanço do capitalismo e, dessa maneira, explicitar esse desenvolvimento desigual. Em outras palavras, as regiões se diferenciam entre elas não pela dimensão geopolítica pura do sentido (que remete às linhas kjellianas da geopolítica), mas como uma constituição dos interesses de classes associados à dinâmica social da construção do espaço. Essa construção, doravante, nos induz a pensar cada realidade histórico-social de modo a compreendermos não somente as “duas Itálias”, mas como transpor essa lógica para a dimensão nacional – internacional.

Occidente/ Oriente

Já o terceiro par conceitual – Occidente/ Oriente – compreende assuntos que Gramsci tratou em seus escritos carcerários de modo a distinguir cultura, desenvolvimento econômico e o modo pelo qual as divergências históricas impactavam nas diferentes formas de organização social e política. Não se trata, portanto, de indicar as posições cardeais do globo, mas destacar o desenvolvimento desigual e combinado que

une os países dos mais avançados aos mais atrasados. Existe uma dialética entre o centro hegemônico (Ocidente) e suas zonas periféricas (Oriente) onde há uma divisão geopolítica “em tempos históricos qualitativamente diferentes” (cf. THOMAS, 2009, p. 203), em que passado e presente se cruzam.

Existem diversos estágios onde há um centro avançado concomitantemente a uma periferia atrasada. Ambos são conectados por uma ordem econômica e política que tende a ser internacionalizante que, por sua vez, é influenciado pela forma com que os Estados são formados. Segundo Gramsci, “no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia uma relação justa entre Estado e sociedade civil, e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, Q7 §16).

É importante sublinhar que Ocidente e Oriente são construções históricas. Se nos Estados orientais a sociedade civil era primitiva e gelatinosa (como por exemplo a Rússia), enquanto que nos Estados ocidentais a sociedade civil tinha uma estrutura mais robusta, é porque existia uma diferença estrutural que se funda no diferente modo em que articulavam Estado e sociedade civil (cf. COUTINHO, 2011, p. 22). Essa sociedade civil, por sua vez, se caracterizava como o conjunto das organizações responsáveis por criar e também difundir sua ideologia (cf. COUTINHO, 2011, p. 25). Mas ao mesmo tempo que a sociedade civil tem um protagonismo, não podemos dissociar os interesses que essa sociedade tem do arranjo do Estado. Tampouco devemos desconsiderar que a transformação histórica das sociedades e dos Estados derivam em subalternidades aos quais se projetam nas diferenciações entre Oriente e Ocidente. O Oriente seria a representação do antípoda, ou seja, a representação subalternizada e perversa de seu complemento (cf. DEL ROIO, 1998, p. 11).

Mais do que diferenciações, ou delimitações geográficas, Oriente e Ocidente são definidos sobretudo pelo processo histórico. Embora o Oriente e o Ocidente sejam localizações geográficas, são categorias criadas historicamente pelo homem para ser conhecidas como categorias do conhecimento e, sem o homem, tais categorias sequer existiriam (cf. ALIAGA, 2013, p. 154). Trata-se, pois, de categorias criadas a partir de

um desenvolvimento histórico e social, nas quais há uma clivagem e, conseqüentemente uma negação do outro, de modo a inferiorizá-lo, tratá-lo como uma sociedade ou um Estado cujas relações sociais, econômicas e políticas podem ser, na visão do outro, diminuídas. Leste e Oeste então, passa a ser uma delimitação não apenas fronteira, mas da própria condição de moderno, atingindo alguns graus dessa condição – a América surge como extremo Ocidente, desdobrando em dois pela difusão da modernidade e do individualismo proprietário: o setentrional, Ocidente aperfeiçoado e completo (EUA), e o meridional, Ocidente inferior e incompleto (Ibero-América); já no Oriente é possível identificar o seu externo, detentor de riquezas sob a posse de seres de culturas “inferiores” que podem ser conquistadas apesar de temíveis, como eram os casos da Turquia, Pérsia, Índia e China (cf. DEL ROIO, 1998, p. 11).

Outra análise geopolítica a respeito da questão oriental se refere ao *Risorgimento*. Em seu *Caderno* especial, Gramsci analisa a literatura que trata da questão oriental em função dos problemas italianos (cf. GRAMSCI, Q19, §20) e não despreza as diretrizes da estratégia político-militar a partir da noção geográfica, tal como a geopolítica tradicional concebe. Tampouco desconsidera a análise da movimentação das grandes potências para garantir uma posição dominante. Tanto a guerra militar quanto a luta política necessitavam dessas estratégias. Mas Gramsci atribui a uma interpretação de que o processo histórico distinguirá os grupos e Estados entre dois “tipos” Oriente e Ocidente. Em outros termos, Gramsci interpretará que Ocidente e Oriente, bem como os tipos de guerra possíveis em diferentes contextos dependem não apenas da determinação territorial, mas de seu componente político e histórico. Assim, podemos compreender como para se chegar ao “Oriente” é necessário conceber mais do que as limitações geográficas, mas todo o desenvolvimento histórico, demográfico e político.

Também ao nível geopolítico, Gramsci introduz a temática "americanismo e fordismo" para a mudança geográfica e espacialidade do poder, uma vez que se trata de um tipo de questões econômicas (por exemplo, a centralização da produção industrial), demográficas (da modernização da sociedade estadunidense), antropológicas (como as questões sexuais e de comportamento social), moral pública e privada (como o advento

do *Rotary Club* e a Maçonaria) e por fim política (organização do Estado) (cf. BARATTA, 2017).

Assim, pode-se entender que as construções históricas são permeadas pela lógica do poder e essas mesmas civilizações nascem e são construídas a partir de um espaço, então podemos compreender como a categoria Ocidente e Ocidente também pode ser lida por um prisma geopolítico, internalizando também o sentido metafórico dessa dupla conceitual.

Hegemonia/ Revolução Passiva

Por fim, o último par conceitual – hegemonia e revolução passiva – pode ser considerado parte das categorias espaciais gramscianas, pois “assim como a sociedade política e a sociedade civil **não** são concebidas num sentido espacial, mas funcional, a hegemonia é concebida como uma prática ‘atravessando’ as fronteiras entre elas” (THOMAS, 2009, p. 194). Introduzir a hegemonia – completa e incompleta (entendida também como revolução passiva) – é afirmar que existe no mundo um desenvolvimento desigual e combinado em que os espaços geográficos são diferentes porque seu processo histórico capitalista derivou de regiões mais avançadas e mais atrasadas simultaneamente. E é a partir da lógica territorial que as forças sociais são criadas ou transformadas.

Gramsci ao iniciar seu *Caderno Especial sobre o Risorgimento* busca resgatar a história da Itália. Ressalta desde o início que não se trata de uma história unitária e por isso é necessário situá-la em diferentes épocas. Para se entender as origens da unificação italiana, é necessário que se entenda que se trata de um desenvolvimento histórico complexo e contraditório (cf. GRAMSCI, Q19, §33). Da passagem da história romana, passando pela República, Império, posteriormente na Idade Média e seus principados, a era dos Mercantilismos e Absolutismos chegando à Itália unificada e, finalmente ao período pós I Guerra Mundial, não se alterou apenas a cronologia, mas também sua relação de força, ou mais precisamente, o papel que a Itália (ou como anuncia as várias Itálias) teve durante esses diferentes períodos históricos. No que se refere às origens da

unificação italiana, o processo histórico europeu é de extrema relevância. As pressões das grandes potências, sobretudo no século XVIII, impediam o surgimento de uma Itália unitária pois as forças políticas europeias estavam interessadas em um cenário menos equilibrado na península italiana e, conseqüentemente, um peso político menor à região (cf. GRAMSCI, Q19, §3).

Diferentemente do processo de hegemonia do jacobinismo na França pelo qual passara na Revolução Francesa, as forças populares na Itália não foram capazes de conduzir uma consolidação hegemônica italiana, isto é, não havia uma iniciativa das forças populares em conduzir o processo de unificação. A unificação se deu sem a participação nacional-popular, por meio de uma série de reformas nacionais sem passar pela revolução política do tipo radical jacobina, constituindo, portanto, em um tipo de hegemonia incompleta, revolução sem revolução ou, em outras palavras, da revolução passiva. A formação de Estado nacional para Gramsci, por sua vez, deve ser encarada como uma nova fase na história, “um ato de nascimento da própria modernidade” (cf. BIANCHI, 2008, p. 257).

Ao se referir ao *Risorgimento* como um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, o autor sardo irá discutir a formulação político-histórica da unificação italiana por meio da contradição existente entre as regiões da Itália, uma vez que o desenvolvimento italiano era desigual no Norte e no Sul, mais especificamente, da Lombardia e de Piemonte. Gramsci irá apontar não apenas os grupos dirigentes como condutores do processo, mas o Estado, que funciona como uma força de modo semelhante. Gramsci irá se referir ao caso de Piemonte, conduzido sobretudo pelo Conde de Cavour, como um Estado que buscava assumir para si a liderança na unificação. Para tanto, o Estado de Piemonte funcionou como um elemento que desequilibrou tanto as relações sociais fundamentais, quanto as relações internacionais. Quando o Congresso de Viena buscou recentralizar o mapa político europeu para o período pré-napoleônico impactou no poder de algumas regiões, como foi o caso dos Estados que viriam a ser a Itália. Nesse rearranjo que a região sofria, quem se destaca é o Estado de Piemonte. Gramsci chega a discutir sobre a direção político-militar do movimento nacional italiano

e enfatiza que o poderio militar não se refere apenas ao sentido estrito, técnico do termo, mas enquanto direção militar num sentido mais amplo, ligado mais especificamente à direção política (cf. GRAMSCI, Q19, §28). Gramsci deixa claro em diversas passagens de seus escritos carcerários de que a direção política é o que constrói as relações sociais fundamentais. Assim, termina seus argumentos de uma forma enfática: “A direção militar deve estar sempre subordinada à direção política, ou seja, o plano estratégico deve ser a expressão militar de uma determinada política geral” (GRAMSCI, Q19, §28).

Essa direção política vai ser concebida enquanto categoria analítica quando Gramsci extrapola a identificação de Piemonte apenas enquanto um ator do Risorgimento. A região passa a ter a “função tipo Piemonte” e será analisada pelo autor sardo na medida em que tinha uma função de classe dirigente e a mesma concebida não apenas como grupo social, mas também enquanto Estado. Por sua vez, a classe dirigente piemontesa, presa a seus interesses econômico-corporativos, enquanto função dirigente gostaria de dominar. E, portanto passaram a assumir a função equivalente a um partido, no sentido de organizado e centralizado em torno de um objetivo específico (cf. BIANCHI, 2008, p. 274). Desse modo, Piemonte foi responsável por ajudar Gramsci a compreender o sentido de hegemonia, isso porque a ampliação do conceito de revolução passiva ajudava também a interpretar seu par conceitual.

Outra transformação do espaço geográfico a que Gramsci vai discutir em um de seus *Cadernos Especiais – Americanismo e Fordismo* –, portanto, nos dá pistas a entender o próprio advento dessa modernidade capitalista. Entre o “passado” e “presente”, encontramos, por um lado, uma Europa e toda sua tradição histórica a qual Gramsci buscará entender a revolução passiva por meio do Risorgimento italiano; de outro, uma nova civilização que dava indícios de que a constituição de sua sociedade, bem como sua economia e sua concepção política poderia ser o grande chamariz para a “nova modernidade”: a América. Uma leitura do desenvolvimento capitalista que está atrelado a uma lógica territorial, mas não só: trata-se de uma inovação orgânica nas relações sociais de produção.

E por Americanismo, Gramsci define mais precisamente:

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual não se ocuparam os americanos que trataram destes problemas, já que na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser chamada de **“uma composição demográfica racional”**, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias (GRAMSCI, Q22, §2).

Gramsci traçava comparações entre o arcaico e o novo Estado, isto é, a Europa, cuja estrutura social-demográfica era, segundo suas próprias palavras, “velha e anacrônica”, e a América (mas não só), que dispunha de uma estrutura – composição demográfica racional – que era aperfeiçoada pelo modelo de trabalho das indústrias Ford, daí o fenômeno do Fordismo. Enquanto que a Europa (incluindo a Itália) detinha uma massa parasitária, dependente de rentistas, a América tinha uma acumulação de capitais e não tinha o ranço do passado histórico que a travava. E isso favoreceu uma boa condição para o desenvolvimento das indústrias e do comércio e, conseqüentemente a *hegemonia*, “que nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, Q 22, § 2) .

O Americanismo pode ser lido por um prisma espacial e geopolítico por meio do novo processo produtivo do tipo fordista, do “outro lado do Atlântico”. Trata-se de deslocar o novo processo produtivo para um território ainda não explorado (e, portanto, sem os vícios históricos que a Europa carregava), mas para isso era necessário que a construção do próprio espaço pudesse ocorrer e, mais precisamente, de forma orgânica. Em outras palavras, a transformação do espaço estava atrelada à condição orgânica das relações sociais, ou com a palavras do autor sardo, a uma “composição demográfica racional”. E não apenas as condições naturais em termos do território contava; era preciso que a estrutura produtiva fosse se constituindo em conformidade com o território, sua composição social e com um outro ator: o Estado. A América, segundo Gramsci, estava formando essas relações sociais baseadas no trabalho e respaldadas pelo Estado. É desse modo que Gramsci introduz a categoria da revolução passiva também na análise do Americanismo.

É nesse ínterim que é necessário analisar a geopolítica do capitalismo para que possamos compreender historicamente como o sistema de produção capitalista, associado

ao desenvolvimento de regiões e relações sociais de produção puderam compor diferentes regiões com desenvolvimentos desiguais. A revolução passiva enquanto forma de hegemonia restrita era, portanto, a hegemonia de um grupo das classes dirigentes no qual o *Estado* tinha um papel fundamental, visto que se desdobrava em uma revolução-restauração. Em outras palavras, o componente nacional-popular era minimizado pela força do grupo dominante, uma vez que tal grupo impede a transformação de toda a estrutura social e, dessa maneira, passa a realizar reformas sem revolução. Hegemonia e revolução passiva podem e vão coexistir de modo a transformar o espaço geográfico de modo desigual e combinado – seja de um modo produtivo, seja pela composição militar, política, seja pelas forças sociais e a ideologia que carregam.

Considerações finais

Ao expor a temática das categorias geográficas no ritmo do pensamento de Antonio Gramsci, em especial a geopolítica, foram investigadas como e porque tais categorias derivam não apenas de uma dimensão territorial, mas de um desenvolvimento desigual ao qual impacta significativamente nas políticas dos Estados. A hipótese que derivou desse caminho argumentativo e que guiou o artigo consistiu no fato do conceito de geopolítica aparecer como um importante **componente político** no pensamento gramsciano ao qual o nexos entre as questões espaciais e políticas passa a ser compreendido a partir de uma estrutura organicamente construída em torno da dinâmica das hegemonias e não como um aspecto determinístico do espaço sobre a política estatal.

A interpretação de que as categorias espaciais para Gramsci nasçam de uma construção social e não apenas determinística faz com que Nacional e Internacional emergem de um constructo social e também das relações de poder. As delimitações fronteiriças derivam dessas relações de força e não o contrário. Assim como as assimetrias entre Norte e Sul derivam do desenvolvimento combinado, fruto do avanço do capitalismo industrial moderno em contraposição ao atraso agrário que se relegou a algumas regiões. A metáfora do Norte enquanto moderno e Sul como atraso está presente

nas interpretações gramscianas e, também em outras literaturas contemporâneas, como os estudos sobre o Sul Global. De mesmo modo que as categorias Ocidente e Oriente refletem uma relação entre Estado e sua sociedade civil. Enquanto que a primeira remete a uma sociedade avançada, a outra, dependente e incipiente. Reflete, portanto, um centro e sua periferia, o que demonstra também que além de servir de uma delimitação meramente geográfica, as determinações são também geopolíticas e nascem da organicidade das relações de poder. Por fim, hegemonia e revolução passiva, apesar de não remeter inicialmente a uma categoria geográfica, perpassa fronteiras ao criar (ou não) uma direção política conduzida pelo Estado ou por grupos dirigentes, o que interfere na transformação da estrutura social e, conseqüentemente, de todo o espaço.

Em suma, é possível dedicar uma análise dos *Quaderni* a partir de uma leitura espacial, adicionando um componente político à interpretação dos temas a que Gramsci se propõe a discutir na prisão, ou seja, trazer à tona um prisma geopolítico dos temas a que se propõe a estudar. Trata-se de reivindicar uma interpretação orgânica ao espaço, palco em que as relações de força acontecem e que tanto motiva o autor sardo a tecer seus estudos na prisão.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Luciana. *Gramsci e Pareto: itinerários da Ciência Política*. 2013. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- ALMAGIÀ, Roberto. “Gli Indirizzi Attuali della Geografia e Il decimo Congresso Geografico Nazionale”. *Nuova Antologia*, VII. v. 332, p. 246–254, 16 Jul 1927.
- BARATTA, Giorgio. “Americanismo e Fordismo”. In: LIGUORI, Guido (org.) *Dicionário de Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci: escritos políticos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967. (Coleção Documentos Brasileiros, 126).
- DEL ROIO, Marcos. *O Império Universal e seus Antípodas: a Ocidentalização do Mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- DURANTE, Lea. “Questão Meridional”. In: Guido LIGUORI & Pasquale VOZA, Org. *Dicionário gramsciano: 1926-1937*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução Sérgio LAMARÃO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. v. 30. (Coleção Pensamento Crítico).

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.

THOMAS, Peter D. *The Gramscian moment: philosophy, hegemony and marxism*. Leiden, Boston: Brill, 2009. v. 24. (Historical Materialism book series).

Recebido em 03 de outubro de 2019

Aprovado em 15 de novembro de 2019

Editado em 15 de dezembro de 2019